

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Petrobrás eleva a produção de petróleo	1
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Sul trava batalha do carvão para criar novo polo de gás.....	2
Título: Presença de metais pesados gera temor e alimenta debates	4
Título: Expectativa	5
VEÍCULO: O Globo	5
Título: Estudo aponta lama da Samarco em Abrolhos.....	5
Título: Petrobras encolhe	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Petrobrás eleva a produção de petróleo

Sucedem-se os fatos positivos relativos à exploração e à produção de petróleo no País. Em julho, a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) destacou o aumento da importância da Petrobrás no mercado global de petróleo, decorrente da produção do pré-sal. Dia 3/9 foi aprovada no Senado proposta de emenda à Constituição versando sobre a distribuição de recursos do megaleilão de petróleo previsto para novembro, em que a Petrobrás poderá receber R\$ 33,6 bilhões. No mesmo dia, a Petrobrás distribuiu nota informando que a produção de petróleo e gás foi recorde em agosto, com média diária de 3 milhões de barris de óleo equivalente.

O pico da produção diária do mês passado foi de 3,1 milhões de barris, outro recorde histórico. As notícias são alvissareiras e foram bem recebidas pelos investidores em ações da estatal. As cotações dos papéis ordinários e preferenciais subiram em 4 de setembro. A Petrobrás vai cumprindo, assim, o objetivo central das administrações recentes – de Pedro Parente e Ivan Monteiro, no governo Michel Temer, e de Roberto Castello Branco, no governo Bolsonaro – de fortalecer as áreas de exploração e produção, nelas concentrando o grosso dos investimentos totais estimados em US\$ 85 bilhões nos próximos cinco anos.

Em agosto, a média da produção dos campos do pré-sal foi de 2,2 milhões de barris/dia (b/d), atingindo o pico de 2,5 milhões de b/d no período. Especialistas já preveem que a produção nacional poderá se aproximar dos 4 milhões de barris/dia no início da próxima década, somando-se a produção da Petrobrás à de outros operadores do pré-sal (Exxon, Equinor, Shell e BP). Segundo a nota da empresa, os recordes foram obtidos com a entrada em operação, desde o ano passado, de 7 novas plataformas, cuja capacidade de produção atingiu 690 mil b/d em 8 de agosto, com destaque para os resultados do Campo de Búzios.

A política da Petrobrás está voltada para a aceleração da produção nos próximos anos, aproveitando ao máximo a diferença – favorável à empresa – entre o custo da extração e as cotações do petróleo bruto no mercado internacional. Nos próximos anos 11 plataformas entrarão em operação. No quarto trimestre de 2019 começará a atividade da P-68, no Campo de Berbigão, com capacidade de produção de 150 mil b/d.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Paula Soprana

Título: Sul trava batalha do carvão para criar novo polo de gás

Empresa busca licença para abrir maior mina a céu aberto do minério no país

São Paulo- No momento em que a atenção se volta para as queimadas e a exploração mineral no Norte do país, ganha corpo um plano para criar ao Sul um polo de geração de gás a partir da exploração da maior mina de carvão mineral a céu aberto do Brasil.

O projeto estimula empresas do setor, gera polêmicas em audiências públicas e protestos de ambientalistas no Rio Grande do Sul.

A Copelmi, maior mineradora privada de carvão do Brasil, tenta obter licenciamento ambiental para instalar a Mina Guaíba, projeto que prevê a extração de uma reserva mineral estimada de 166 milhões de toneladas de carvão bruto, amenos de 20 quilômetros do centro de Porto Alegre. O pedido solicita a exploração por 23 anos.

O investimento pode chegar a mais de US\$ 4 bilhões e inclui a instalação de polo carboquímico na área. Aberta a mina, termelétricas e indústrias de gaseificação poderiam se estabelecer no local para gerar energia e gás natural a partir do carvão.

O uso do gás mobiliza o ministro da Economia, Paulo Guedes, e tende a receber apoio de políticas federais. Para o Rio Grande do Sul, o projeto reduziria a dependência do gás da Bolívia e atrairia investimentos. Focada no polo, a Copelmi já assinou protocolo de intenção com a americana Air Products. Outras empresas já demonstraram interesse nos recursos do estado.

Pelo projeto, a extração terá dois processos: lavra a céu aberto do carvão, em até 90 metros de profundidade (operada por escavadeiras hidráulicas e caminhões de peso) e beneficiamento do minério. A atividade não inclui trabalho subterrâneo.

A Copelmi diz que não haverá barragens de rejeitos, que serão jogados na cava.

Descolado da tendência do momento, em que projetos focam na geração de energias limpas, como eólica e solar, o empreendimento se encaixa na política estadual do carvão definida em lei em 2017, durante a gestão do governador de José Ivo Sartori.

A proposta é reduzir a dependência do estado por insumos energéticos externos e promover o desenvolvimento “econômico sustentável” a partir dos recursos minerais locais. O Rio Grande do Sul tem quase 90% das reservas de carvão do Brasil.

A política mira a criação de um polo carboquímico com dois complexos, um deles no Baixo Jacuí, onde a Copelmi

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 08/09/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Presença de metais pesados gera temor e alimenta debates**

São Paulo- O plano de criar um polo de geração de gás a partir do carvão gaúcho tem encontrado resistência de ambientalistas, ativistas e acadêmicos. A extensa lista de críticas levou à criação de um comitê de 50 entidades contrárias a projetos de “megamineração”.

“Vamos partir da premissa um: na experiência mundial, não existe exemplo de mineração limpa. Além disso, nenhuma cidade daqui enriquece mais com o carvão. Elas estão estacionadas”, diz Rualdo Menegat, doutor e professor do Instituto de Geociências da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Os principais argumentos contrários são os riscos de contaminação hídrica e do ar.

Além disso, a mina fica próxima a áreas de preservação, e sua instalação exigiria a realocação de comunidades locais de pescadores, indígenas e produtores de arroz.

“É importante destacar o tamanho da mina. A produção anual, de oito milhões de toneladas, seria equivalente à quase toda produção das 12 principais minas da região carbonífera de Santa Catarina. É uma área de quase 5.000 hectares”, diz Paulo Brack, doutor em ecologia e recursos naturais pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

O carvão mineral (não confundir com o carvão vegetal usado em churrasco) inclui em sua composição metais pesados, cujo índice pode variar de acordo com a reserva.

Segundo Menegat, os minerais do carvão têm até 1% de elementos tóxicos, como mercúrio, chumbo e manganês.

“São quantidades pequenas, mas se considerarmos um milhão de toneladas de carvão e quatro toneladas de chumbo, por exemplo, multiplicamos isso pela extração total nos 23 anos e são 500 toneladas”, diz.

Para Aldo Meneguzzi, presidente da CRM, os carvões de Charqueadas são conhecidos e estudados há muito tempo. “Os alegados danos ao ambiente que

seriam causados pela futura mineração devem estar devidamente levantados nos estudos. As licenças ambientais somente serão liberadas se houver pleno atendimento da legislação”, afirma.

Segundo Cristiano Weber, gerente de sustentabilidade da Copelmi, a companhia sofre críticas injustas. “Tem desenho de gangorra com bebê de um lado e pedra de carvão do outro. Gente que nos chama de ‘novo Brumadinho’. Essa não é nossa postura”, diz.

A Copelmi rebate qualquer possibilidade de inundação do rio Jacuí (próximo ao local) invadir sua estação de tratamento e diz que acertou um plano de reassentamento de rizicultores. Sobre indígenas, afirma que a Funai informou que não há demarcação num raio de oito quilômetros.

A Fepam afirma que analisará nova documentação da empresa e que a concentração de metais pesados no carvão da área é “muito baixa”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Expectativa

PAINEL S.A

A indústria reagiu, na sexta-feira (6) à decisão da ANP (Agência Nacional do Petróleo) de postergar para novembro a resolução que prevê a divulgação de dados sobre compra e venda de gás natural.

Escuro

Lucien Belmonte, da Abividro (associação do setor de vidro), afirma que a falta de transparência nos contratos entre Petrobras e as distribuidoras atrapalha a compreensão sobre a precificação do gás. Segundo a ANP o adiamento atende a um pedido da estatal para realizar uma nova audiência pública e aumentar a segurança jurídica da resolução.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2019

Seção: O País

Autor: ANA LÚCIA AZEVEDO

Título: Estudo aponta lama da Samarco em Abrolhos

Material proveniente de rompimento de barragem em Mariana (MG) atingiu recifes de corais, de acordo com pesquisadores de cinco universidades; constatação foi publicada em revista científica. Fundação Renova contesta

Mais uma data entrou para a história das tragédias ambientais brasileiras. O dia é 16 de junho de 2016, quando o rejeito do maior desastre ambiental do Brasil alcançou o mais importante ecossistema marinho nacional. Com um arsenal de tecnologias de sensoriamento remoto e análises químicas e de DNA, pesquisadores de universidades brasileiras — UFRJ, UFPB, Ufes, Uenf e USP — comprovaram que sedimentos da lama liberada pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, em 5 de novembro de 2015, chegaram a recifes de corais do extremo sul de Abrolhos nesse dia.

O estudo, publicado no último dia 29 por uma respeitada revista especializada, a “Science of the Total Environment”, reúne provas de que a lama de fato chegou a Abrolhos, um ponto contestado pela Fundação Renova, controlada pelas mineradoras Vale e BHP Billiton e encarregada de realizar estudos sobre os danos do desastre.

Em nota, a Renova diz que o monitoramento de corais dos Abrolhos “foi iniciado em setembro de 2018 e deve durar cinco anos.” Acrescenta que os dados “vão compor um relatório anual, que deve ser concluído até o final deste ano, com as primeiras interpretações das informações coletadas. Até o momento, os dados não indicam a ocorrência de danos aos recifes.”

Já o trabalho das universidades revela em detalhes o caminho percorrido pela lama até chegar aos corais do extremo sul de Abrolhos. Os recifes dessa área foram descobertos há menos de cinco anos e abrigam espécies em extinção de peixes e invertebrados.

Esses recifes ficam a cerca de 80 quilômetros da foz do Rio Doce, que por sua vez está a 663 quilômetros de Mariana. O desastre levou o ferro de Minas Gerais para o mar, onde esse minério não existe e é fator de poluição.

PESQUISA INDEPENDENTE

O trabalho evidencia a dimensão colossal que causam desastres de grandes empreendimentos, como os de mineração, num momento em que o Congresso analisa um projeto que flexibiliza o processo de licenciamento ambiental, segundo Fabiano Thompson, pesquisador do Instituto de Biologia e da Coppe/UFRJ. Ele esteve à frente deste novo estudo.

— É por isso que pesquisa independente é fundamental no Brasil para proteger os interesses da sociedade. Esse é o papel da ciência e das universidades —destaca ele.

A lama de Mariana foi identificada em Abrolhos pelos cientistas também em 2017. Depois, não se sabe por quê, os pesquisadores não puderam dar continuidade ao estudo. De acordo com Thompson, embora existam programas de monitoramento de corais na região, os dados não estariam disponíveis. Em 25 de janeiro deste ano, a tragédia causada pela barragem da Vale em Brumadinho matou 270 pessoas e arrasou o Rio Paraopeba. Mas em extensão de danos ambientais nos sistemas marinhos, o desastre da barragem da Samarco, que matou 19 pessoas, é maior. Os 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração arrasaram povoados rurais mineiros, afetaram mais de 30 cidades de Minas e Espírito Santo e devastaram o Rio Doce.

DESLOCAMENTO DE MANCHA

Para fazer o estudo e chegar à data de 16 de junho de 2016, os cientistas primeiro analisaram padrões de vento e de correntes marinhas e imagens de satélites. Fizeram um estudo dos padrões meteorológico e oceanográfico e acompanharam o deslocamento da pluma —o nome técnico dado à mancha de rejeito — no Atlântico. Descobriram que vento sul, normalmente ligado a frentes frias, levou a pluma para Abrolhos.

— O vento dominante na região é o norte, e por isso, se dizia que o rejeito não chegaria a Abrolhos. Mas investigamos a climatologia e vimos a importância do vento no deslocamento do rejeito —explica Thompson.

Também mostraram a assinatura do desastre em Abrolhos. Isso foi realizado por meio de análises isotópicas de matéria orgânica em suspensão na água coletadas nos recifes. Esses sedimentos têm uma espécie de assinatura química—a estrutura dos isótopos — que os identifica como sendo originários da região do Rio Doce e, portanto, do rejeito, segundo o cientista Carlos Rezende, da Uenf. Depois disso, foram analisadas por meio de DNA populações de micro-organismos coletadas nos recifes. Esses microorganismos são associados à poluição por ferro.

O resultado foi a impressão digital da lama de rejeito de mineração num conjunto de recifes de corais fundamentais para o litoral brasileiro. Abrolhos está no coração da biodiversidade do Atlântico Sul e da riqueza pesqueira no litoral do Nordeste e do norte do Espírito Santo.

— Não sabemos se os recifes e os corais, que são extremamente sensíveis, foram afetados pelo rejeito. O ferro não existe no mar e é um poluente perigoso lá. Nossas pesquisas estão em andamento —destaca Thompson.

Rezende observa que o grupo dele planeja ainda este ano analisar os corais e compará-los a outros que não tenham sido atingidos. Também fará análises minerológicas mais detalhadas para traçar o perfil do impacto em Abrolhos.

— A lama é como uma bomba química, acionada por fatores naturais como o fluxo dos rios, controlado pelas chuvas. Esse é um tipo de impacto persistente por anos —frisa ele.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Petrobras encolhe

Gente da Petrobras estima que, depois do megaleilão de reservas do pré-sal — que deve ser disputado pelas mamutes internacionais do setor —, a produção brasileira de óleo tende a ficar no futuro com uns 40% nas mãos de estrangeiros.

MME / ASCOM .